



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS GOIÂNIA

ATA DA 50ª REUNIÃO CONCÂMPUS DO CÂMPUS GOIÂNIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quinze minutos, presencialmente, realizou-se a 50ª Reunião do Conselho de Câmpus (Concâmpus) do Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), convocada ordinariamente, para tratar dos seguintes pontos de pauta: 1) Comunicado e Informes Gerais; 2) Manutenção do contrato das catracas e proposta de metodologia dos debates; 3) Orçamento do IFG e Câmpus Goiânia; 4) Indicação de 2 (dois) membros da Sociedade Civil Organizada para compor a CPA; 5) Indicação de 2 (dois) membros da Sociedade Civil para composição do Concâmpus Goiânia. A reunião foi conduzida pela Presidente do Concâmpus, Conselheira Adriana dos Reis Ferreira, e secretariada pelo servidor Alexandre Borges Fernandes Camozzi, com a presença dos conselheiros: Paulo Cezar Pereira, Erika Regina Leal, Aline Rezende Lima Vasconcelos, Fabiane Costa Oliveira, Rafael Gonçalves Borges, Alexandre Silva Duarte, Wesley Pimenta de Menezes, Janaina Ferreira, Iarle Sousa Ferreira, Priscila Branquinho Xavier, Nilton Ricetti Xavier de Nazareno, Vinicius Carvalhaes, Waldir Barbosa, Leonardo Ravaglia Ferreira Gonçalves, Emilio Santiago Naves, Halan Faria Lima, Thamise Sampaio Vasconcelos Vilela, Regina Célia Magalhães Marinho Cavalcante, Fernanda da Cruz Rocha, Talita Silva Santos, Daniela Hilda de Souza Siqueira e Arthur Ramos da Conceição. Justificaram a ausência os conselheiros; Antônio Henrique Capuzzo Martins, Leonardo Costa de Paula e Fernando Augusto Messias. A Presidente iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Na sequência, fez a leitura da ordem do dia expondo os pontos de pauta propostos do instrumento convocatório. A Conselheira Fabiane Costa Oliveira pede a palavra e sinaliza urgência na recomposição da comissão que avalia o POCV (Programa de Oferta de Cursos e Vagas), para que termine os trabalhos já iniciados, apresente ao Conselho de encaminhamento. Retomando a palavra a Presidente Adriana, entende ser prudente realizar a inclusão do Ponto de Pauta, que fora apresentado, e pontua ser fundamental o término do instrumento (POCV), para que os cursos e vagas com análises de implementação em andamento sejam fundamentados nos dispositivos que constam no documento regimental. Com a palavra o Conselheiro Vinicius Carvalhaes revela estar preocupado com a perda do diálogo e/ou dos esforços em algumas matérias que passam pelo Concâmpus, dado que o número de pautas e reuniões é assimétrico, fato que acaba acumulando temas importantes sem desfecho e emenda sua fala dizendo ser importante “fechar” as pautas já existentes para que existam novas. Comenta ainda que sobre a questão do POCV, se recorda de um encaminhamento de uma proposta, visando alinhamento para alteração junto a Reitoria, quanto a questão metodológica do tema restando ainda ser resolvida. Em resposta a Presidente alude que o encaminhamento sinalizado pelo colega é de prerrogativa exclusiva da Reitoria, não cabendo ao Câmpus alterar a mesma, mas complementa sua fala revelando que já realizou o convite para que a Comissão Central do POCV venha ao Câmpus Goiânia visando dirimir esta discussão, porém obteve como resposta que o grupo de trabalho ainda não encontra à vontade para esta visita e termina sua fala ratificando entender ser muito importante finalizar este plano, que tem grande relevância para o câmpus inclusive impactando na questão orçamentária. Com a palavra o Conselheiro Nilton Ricetti Xavier de Nazareno, sinaliza quanto ao POCV, que algumas atualizações carecem de ser realizadas, considerando que o quadro de professores que foi incrementado. Observa que o avanço do instrumento se encontra aparentemente “meio travado”, diante do difícil cenário de atendimento dos percentuais legais da Rede, para ofertas de cursos e vagas. Pontua ainda, estarmos muito longe dos valores mínimos, no qual seria necessária a abertura de onze cursos técnicos e concluiu que; hoje não haveria condição deste avanço e propõe que estes números e seus desdobramentos sejam apresentados localmente, dado que existem discussões para criação de novos cursos em andamento, que podem não haver avanço, pois se presume que a Reitoria ao verificar os percentuais não atingidos, constatará distorções suficientes para não aprovar o incremento de vagas ou cursos, tornando assim os esforços atuais sem efeito. Diante do exposto a Presidente referenda ao pleno a inclusão deste ponto, que APROVA tal inclusão, passando então a fazer parte da Ordem do Dia como primeira análise a ser realizada. Dando seguimento a reunião, a Presidente Adriana referenda as atas da 48ª e 49ª reuniões do Concâmpus, que sofreram adequações ortográficas e ambas foram aprovadas. Avançando para o primeiro Ponto de Pauta, sendo ele; “Comunicados e Informes Gerais”, a Presidente sinaliza que está em curso o processo eleitoral para recomposição do Conselho de Câmpus - GYN e comenta que ficou muito feliz com o número elevado de candidaturas homologadas. Revelou ser um cenário muito saudável, pois indica uma maior preocupação e vontade da comunidade acadêmica em participar das decisões do câmpus. Com a palavra o Conselheiro Rafael Gonçalves Borges, sinaliza que foi demandado por seu departamento, uma discussão sobre este pleito, dado consenso quanto a percepção da necessidade de qualificar melhor o processo eleitoral, em termos de; haver mais tempo para preparação dos candidatos; antecipação maior do cronograma e solicita esclarecimento sobre; a metodologia da campanha; no que se baseia as restrições postas em edital e quais os preceitos legais, pois entende alguns dispositivos como excessivamente limitadores. O Conselheiro comenta ainda, que este conjunto

de fatores pode prejudicar o processo de debate político que é salutar para o momento. Para concluir emenda dizendo que talvez seja difícil dirimir estes pontos no atual processo, dado que se encontra em curso, mas deixa a sugestão para que se pense nestas questões em um futuro sufrágio. Com a palavra a Presidente, comenta que o atual processo está fundamentado no regulamento atual, que data do ano de dois mil e vinte. Considerando a competência exclusiva da Reitoria para legislar sobre este tema, indica que, em persistindo o consenso de alteração do instrumento regulamentador, este pode ser pautado localmente e as sugestões levadas à instância competente para as devidas análises e uma possível reedição do regimento. Novamente com a palavra, o Conselheiro Rafael Gonçalves faz o encaminhamento de que no segundo semestre do ano corrente, seja pautado neste Conselho sobre o tema “Discussão das limitações do processo eleitoral”, com posterior encaminhamento por relatório a Reitoria. Ainda dentro desta seara a Conselheira Fabiana Costa Oliveira, comenta ser mesmo necessário estes ajustes, dado que percebeu que os discentes da pós-graduação, que por não estarem dentro dos departamentos, ficam impedidos de participar e que além destes outros cenários devem ser visitados e outros revisitados, para que o processo evolua continuamente. A Conselheira Daniela Hilda de Souza Siqueira comenta sobre a hermenêutica de alguns artigos do regimento, que deixam margem para interpretações difusas, acompanhando as falas dos colegas que a antecederam. Partindo para um próximo informe, foi comentado sobre o andamento da pesquisa quanto aos processos seletivos dos cursos Técnicos Integrados. Explica que essa consulta está sendo realizada por meio de um questionário on-line aberto a toda comunidade, que traz perguntas, elaboradas por um GT, relacionadas à inclusão e ao final põe em tela as três metodologias possíveis para que o votante indique uma, porém lembra que o resultado desta pesquisa não é deliberativo, sendo apenas consultivo no qual o resultado vai apenas subsidiar sugestões de novas políticas para o Consup. Com a palavra, o Conselheiro Arthur Ramos da Conceição, comenta que vê essa pesquisa, com uma metodologia muito ruim dado que não foi precedida de qualquer tipo de debate. Com a palavra a Conselheira Priscila Branquinho Xavier entende ser necessária a publicidade do resultado das informações coletadas, independente do apuramento gerar ou não mudança na política de ingresso. Neste momento a Presidente Adriana, pergunta ao Conselheiro Alexandre Duarte, que faz parte do GT, se existirá a apresentação do resultado da pesquisa a comunidade, porém o colega responde que não será apresentado e emenda dizendo que teria de ser solicitado. Após falas em consenso quanto a essa publicidade, vinda de vários conselheiros, ficou deliberado que o Concampus irá solicitar oficialmente a publicidade dos dados e do relatório. Partindo então para o segundo ponto de pauta, sendo este; Recomposição do Grupo de Trabalho de Confecção e análise do POCV, inserido no início da reunião. A Presidente pergunta aos três atuais membros, se existe interesse em continuar no trabalho, diante da reposta afirmativa, passou então a palavra ao Conselheiro Nilton Ricetti que fez um resgate histórico sobre os trabalhos já realizados e a se realizar. De posse do atual cenário, a Presidente, ciente da existência de cinco vagas vacantes, dá como sugestão que uma seja ocupada por discente e as outras divididas e indicadas pelos quatro departamentos. Materializado consenso na proposta da Conselheira Adriana, ficou acertado que os departamentos juntamente com o representante discente Arthur Ramos, iriam indicar uma pessoa cada um, para compor o GT, objeto desta pauta, preferencialmente até o dia vinte e um seguinte, podendo ser prorrogada até que haja êxito da indicação. Seguindo, então, para terceira Pauta da sessão, sendo: Manutenção do contrato das catracas e proposta de metodologia dos debates, a Presidente inicia fazendo um resgate histórico do tema, lembrando ao pleno que na última reunião, havia ficado acertado entre os membros de formularem propostas de metodologias a serem aplicadas ao assunto. Lembra ainda que administrativamente há o limite do mês de junho para pronunciamento quanto a sua renovação e revela entender ser muito importante haver os diálogos ampliados com a sociedade e discutido também na instituição, pois entende que a implementação das catracas interfere em várias ações dentro e fora do campus, como já deliberado no conselho. Dado cenário posto, propõe; a renovação do contrato de manutenção das catracas, paralelamente a ocorrência de discussões em audiências públicas, em todos os turnos contemplando toda comunidade acadêmica e a própria sociedade, a serem realizados no mês de agosto, conjuntamente com uma pesquisa por questionário. Tudo isso condensado em um relatório, que deverá ser levado ao Concampus para análise dos conselheiros, materializando em uma decisão mais qualificada e democrática a ocorrer no mês de outubro. Com a palavra o Conselheiro Alexandre Duarte revela preocupação com o cenário posto, considerando o contexto da segurança jurídica das decisões deste conselho, uma vez que o tema já foi deliberado pelo pleno e com base nesta decisão, aquisições e outros desdobramentos se materializaram. Lembra ainda que a implementação só ficou prejudicada pelo fator pandêmico no qual, se não existisse, estaríamos hoje com os equipamentos em funcionamento. Inscrito e agora com a palavra, o Conselheiro Paulo Cezar Pereira direciona a sua fala no sentido de endossar a fala do Conselheiro Alexandre Duarte, observado que ações foram tomadas baseadas em decisões já firmadas, mas comenta serem, importantes os debates futuros propostos pela Presidente, uma vez que observa entre os pontos negativos que também existem os positivos e ambos devem ser colocados para a comunidade. Para finalizar, comenta que; mesmo se após as audiências públicas e da qualificação do debate se decidir pelo não uso das catracas, a seu sentir, o objetivo já foi atingido no sentido de haver esforços da Administração para avançar neste propósito, porém solicita que fique registrado, nos assentamentos deste conselho, que houve tentativas de instalação do sistema, porém não foram recepcionadas pela comunidade. Retomando a palavra, a Presidente revela que não existe proposta em mesa que objective revogar qualquer decisão já tomada neste conselho, o que está sendo posto é a realização de debates, por entender que o tema é de grande repercussão dentro do campus e a sua implementação, ausente da concordância da comunidade, é passiva de ser repelida com greves e/ou movimentos que peçam sua revogação. Para, além disso, lembra a Presidente que todo e qualquer documento poderá a qualquer tempo ser revisitado para atualizações, dado que em nenhum lugar está escrito que as decisões serão “ad eterna” e conclui dizendo que sempre levará estas questões ao conselho, pois entende não ser prudente, no exercício da função de Diretora Geral do Campus, tomar uma decisão discricionária materializando seu pensamento pessoal que impacte em

qualquer revogação futura. O Conselheiro Vinicius Carvalhaes, com a palavra, sinaliza sugestão para que o regulamento, caso aprovado no Concampus, seja também informado para a comunidade, sob o risco de haver discussões fora do que está regulamentado, momento em que a Presidente emenda dizendo que o colega está correto e todos os documentos elaborados pelo conselho devem e serão disponibilizados. Com a palavra a Conselheira Daniela Hilda, comenta que em questão de perspectivas e pelo fato de uma decisão ter sido consolidada, não significa que não possa ser revogada quando o entendimento passar a ser outro. Revela ainda que, apesar de considerar que o estudo anterior tenha sido realizado de forma muito séria, não conseguiu encontrar no instrumento regulamentador, alcance de efetividade para além do ensino, uma vez que outros eixos, como da pesquisa e extensão, ficam descobertos e deu como exemplo de sua fala, o cenário dos eventos com ações de extensão as quais o público compareça somente por um dia. Como segundo exemplo, lembrou sobre um evento do Mestrado em Educação, que lotou a instituição em ocasião recente, entre outras atividades como o congresso do Gramsci, em que a comunidade entra sem ser pelo Teatro e a resolução não foi capaz de abarcar estes pontos também muito importantes. Com a palavra o Conselheiro Rafael Gonçalves endossa a proposta da metodologia feita pela Presidente. Inscrito e agora com a fala, o Conselheiro Walmir Barbosa fez um resgate histórico de um assalto a uma instituição bancária situada dentro do campus, em que a cancela da recepção foi pulada, enfatizando que esta não é uma solução capaz de conter ações mal-intencionadas. Emenda com uma segunda questão, na qual revelou a discussão sobre a implementação de catracas não ser nova e se recorda de ouvir notícias de inumeráveis problemas técnicos, transtornos nas entradas e saída dos alunos nos horários de pico, além do estranhamento da comunidade externa que adentrava a instituição. Por fim, compreende e endossa o encaminhamento proposto pela Presidente, pela renovação em paralelo a ampliação da discussão. Com a fala, o Conselheiro Nilton Ricetti, vai de encontro à fala da Conselheira Daniela Hilda, acompanhada pelo Conselheiro Rafael Gonçalves, na qual em uma atividade que exija ingresso temporário no campus, no caso de congressos, seria uma solução óbvia de listagem à portaria, pois a questão que está posta também é; “Quem está entrando aqui dentro?”, considerando que servidores, terceirizados e ademais usuários do campus, já foram furtados/roubados. Para finalizar firma que, em seu pensamento, a ideia sobre a implementação das catracas não é de tolher a entrada de qualquer pessoa ou controlar ponto de presença, mas resguardar a segurança interna do campus, pois considera estarmos situados em uma “área perigosa”, na qual existem moradores de ruas e é fato sabido e notório que uma parcela destes moradores não estão bem psicologicamente e por fim, conclui dizendo que teme a entrada de uma pessoa estranha que atente contra a vida de qualquer das pessoas que conviva neste espaço. Feitas as falas inscritas a Presidente retoma a palavra e realiza os encaminhamentos relativos ao tema. Sendo o primeiro deles a renovação do contrato de manutenção das catracas, paralelamente a ocorrência de discussões em audiências públicas ou pela não renovação; em regime de votação ficou APROVADO a renovação, havendo abstenção da conselheira Talita Silva Santos que justificou seu posicionamento firmando que a renovação ou não de contratos administrativos é uma decisão de gestão, não cabendo a este conselho decidir sobre a temática. Para complementar a Conselheira comenta que em caso futuro de questionamentos sobre os valores investidos em que a finalidade não esteja sendo exercida, poderá resultar em processo de improbidade, o qual no curso da investigação poderá identificar as pessoas as quais o voto materializou tal resultado e responsabilizá-las. O segundo encaminhamento, por desdobramento do primeiro, versa sobre a definição de um Grupo de Trabalho, composto por três pessoas que irá conduzir as discussões em audiências públicas, em todos os turnos, contemplando toda comunidade acadêmica e a própria sociedade. O GT terá entre suas atribuições principais; definir datas; manter o equilíbrio das falas nas audiências entre pessoas a favor e contrárias, além de fornecer elementos/dados que possam qualificar a discussão. Em regime de votação, ficou APROVADO, com as indicações dos Conselheiros: Arthur Ramos da Conceição, Walmir Barbosa e a Conselheira Daniela Hilda, representantes discentes, docente e técnico-administrativo respectivamente para condução dos trabalhos mencionados. Seguindo para o quarto ponto de pauta, sendo este; Orçamento do IFG e Câmpus Goiânia, a Presidente faz uma explanação breve sobre Lei Orçamentária Anual (LOA), em que a partir dela são descentralizados os recursos locais. Esclarece ainda os três tipos de despesas que a compõe esta lei, sendo; de pessoal, de custeio e de investimento, não cabendo ao instituto versar sobre as despesas de pessoal. Explica ainda que, fora a LOA, recursos podem vir através de Emendas Parlamentares, Termos de Execuções Descentralizadas ou por aprovação de projetos específicos apresentados à SETEC/MEC, Editais e/ou chamadas públicas publicadas por entidades diversas. Comenta ainda, com os valores apresentados nos slides, que a maior LOA já percebida foi no ano de dois mil e quatorze e posteriormente foram percebidas diminuições constantes, ano a ano, até que no exercício passado para o atual, de dois mil e vinte e três, notou-se um pequeno e tímido incremento, chegando próximo aos valores destinados no ano de dois mil e doze, ou seja; atualmente o instituto conta com o orçamento de onze anos atrás e sem correção monetária. Terminada questão orçamentária de valores, a Presidente da sequência explicando como foi discutido o orçamento institucional para este ano com valores expressos na tela e faz a observação que; a assistência estudantil é subsidiada por recursos vindos do PNAE, porém é complementado com orçamento local próprio, na ordem de três milhões para este ano, com a finalidade de atender minimamente as demandas básicas do programa, todavia o maior montante não entra no orçamento do instituto. Na sequência apresenta os valores disponíveis para investimentos, sendo esse cabível de ser aplicado em obras e compras de equipamentos. Com os valores ilustrados em tela, a Presidente comenta que; no ano de dois mil e doze, foram destinados; vinte e seis milhões; em dois mil e quatorze, trinta e quatro milhões, porém ano de dois mil e vinte e três contamos com um milhão, cento e oitenta mil reais para todo o IFG. Foi também esclarecido pela Presidente que dado sucessivas promessas de publicação da recomposição orçamentária, a mesma só foi materializada, com o incremento dez milhões de reais, no dia onze de maio, e os recursos liberados no SIAFI somente no dia dezoito do mesmo mês, em que só a partir deste momento pode-se estabelecer o que sobrou, pois boa parte já havia sido comprometida dado que já estamos quase no meio do

exercício fiscal anual. Comenta ainda que, por meio de portaria específica, ficou decidido que a Matriz orçamentária dos Institutos Federais foi alterada, passando agora a ser fundamentada pelos dados gerados na plataforma Nilo Peçanha, em que; quanto mais cursos técnicos; mais cursos EJA; mais alunos; menos evasão, maior será o valor a ser destinado. De posse do valor correto designado ao IFG, realizou-se na Reitoria uma reunião, na qual se decidiu pela divisão por meio da média aritmética do valor por campus, no qual para Campus Goiânia foi atribuído; nove milhões novecentos e oitenta e cinco mil reais, sendo que dez por cento deverá ser enviado para o IFG-Rede com objetivo e contemplar os auxílios estudantis, resultando um recurso final total na ordem de oito milhões novecentos e oitenta e seis mil reais. Acerca das Emendas, foi demonstrado que o Campus Goiânia recebeu quatrocentos e cinquenta mil reais do deputado Elias Vaz destinado a investimentos. A Presidente sinaliza o pensamento da gestão local de se aplicar este valor, no projeto de adequação da estrutura elétrica, muito necessário ao campus, que se iniciado neste momento, poderá ainda comprometer os recursos de anos seguintes, mas considera ser fundamental esta intervenção para a segurança e para obter o alvará de funcionamento do Corpo de Bombeiros. Na seara sobre custeio, foi sinalizado que a demanda de contratos de serviços, está na ordem de sete milhões de reais, restando um milhão e meio para investimento em novos equipamentos que já foram licitados. Ainda dentro da pasta de custeio, foi estabelecido no ano anterior algumas destinações para viagens com servidores para situações de representação da instituição, considerando; combustível, pedágios durante as visitas técnicas, além das diárias com os motoristas. Também está contemplado as colações de grau e certificações. Está previsto também um recurso de vinte mil reais para publicação dos editais de extensão. Existe também outro montante no valor de cinquenta mil reais para capacitação de servidores e participação em eventos com apresentação de trabalhos, sendo a quantia máxima de dois mil e quinhentos reais por servidor. Quanto a monitoria, considerando o cenário de permanência e êxito, há uma previsão de cem mil reais. E por fim, os editais de ensino, no valor de quarenta mil reais. Proposição esta que foi dialogada com a equipe gestora, que chegou a este valor por consenso. Com a palavra o Conselheiro Arthur Ramos pergunta se a verba destinada à representação poderia ser utilizada por entidade representativa discente, porém sem documento que regulamente este tipo de destinação, a Presidente respondeu não ser possível. Encerrando o ponto de pauta, a Presidente Adriana comenta não ser fácil o equilíbrio financeiro/orçamentário, considerando as demandas sempre latentes que existem no campus como; compra de equipamentos, melhorias de laboratórios entre outros, mas a gestão tem se empenhando diuturnamente lutando por melhorias contínuas para o Campus Goiânia. Com percepção do teto de horário estabelecido para Reunião, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião ao meio-dia e dezoito minutos. Para constar, eu Alexandre Borges Fernandes Camozzi lavei a presente Ata.

ADRIANA DOS REIS FERREIRA

Presidente do Concâmpus

CONSELHEIROS

Paulo Cezar Pereira

Erika Regina Leal

Aline Rezende Lima Vasconcelos

Fabiane Costa Oliveira

Rafael Gonçalves Borges

Alexandre Silva Duarte

Wesley Pimenta de Menezes

Janaina Ferreira

Iarle Sousa Ferreira

Priscila Branquinho Xavier

Nilton Ricetti Xavier de Nazareno

Vinicius Carvalhaes

Walmir Barbosa

Leonardo Ravaglia Ferreira Gonçalves

Emilio Santiago Naves

Halan Faria Lima

Thamise Sampaio Vasconcelos Vilela

Regina Célia Magalhães Marinho Cavalcante

Fernanda da Cruz Rocha, Talita Silva Santos

Daniela Hilda de Souza Siqueira

Arthur Ramos da Conceição

Documento assinado eletronicamente por:

- Iarle Sousa Ferreira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/09/2023 15:09:02.
- Emilio Santiago Naves, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 06/09/2023 11:55:07.
- Leonardo Ravaglia Ferreira Goncalves, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC1 - GYN-CCBTUR, em 01/09/2023 15:54:20.
- Vinicius Carvalhaes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/09/2023 10:15:31.
- Fabiane Costa Oliveira, GERENTE - CD4 - GYN-GPPEX, em 01/09/2023 10:11:28.
- Janaina Ferreira, CHEFE - CD4 - GYN-DAAIV, em 31/08/2023 20:19:56.
- Nilton Ricetti Xavier de Nazareno, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 31/08/2023 19:18:47.
- Alexandre Silva Duarte, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD4 - GYN-DAAII, em 31/08/2023 08:03:03.
- Wesley Pimenta de Menezes, CHEFE - CD4 - GYN-DAAIII, em 30/08/2023 23:13:42.
- Walmir Barbosa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/08/2023 20:08:20.
- Aline Rezende Lima Vasconcelos, COORDENADOR(A) - FG1 - GYN-CRHAS, em 30/08/2023 15:55:39.
- Rafael Goncalves Borges, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD4 - GYN-DAAI, em 30/08/2023 15:26:00.
- Arthur Ramos da Conceição, 20192010930113 - Discente, em 30/08/2023 15:22:00.
- Priscila Branquinho Xavier, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/08/2023 15:20:53.
- Regina Celia Magalhaes Marinho Cavalcante, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 30/08/2023 15:01:38.
- Thamise Sampaio Vasconcelos Vilela, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC1 - GYN-CCBEM, em 30/08/2023 14:59:37.
- Halan Faria Lima, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC1 - GYN-CCTSAG, em 30/08/2023 14:57:06.
- Daniela Hilda de Souza Siqueira, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, em 30/08/2023 14:56:21.
- Erika Regina Leal de Freitas, GERENTE - CD4 - GYN-GAAAE, em 30/08/2023 14:26:07.
- Adriana dos Reis Ferreira, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - CP-GOIANIA, em 30/08/2023 13:46:58.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 448040

Código de Autenticação: 14f500b42e



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Rua 75, nº 46, Centro, GOIÂNIA / GO, CEP 74055-110

(62) 3227-2767 (ramal: 2767)